

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,  
CONTABILIDADE E SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NA REGIÃO NORDESTE**

EDLENE MARIA COELHO NASCIMENTO

Fortaleza, Maio de 2002

**A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTETÁVEL  
NA REGIÃO NORDESTE**

**EDLENE MARIA COELHO NASCIMENTO**

**Orientador: Antônio Luiz Abreu Dantas**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária, e Contabilidade, para obtenção do grau de  
Bacharel em Ciências Econômica.

Fortaleza - CE 2002

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Cursos de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feito de acordo com as normas de ética científica.

<hr/>	Média
<b>Edlene Maria Coelho Nascimento</b>	<hr/>
<hr/>	Nota
<b>Prof. Antônio Luiz Abreu Dantas</b> <b>Prof. Orientador</b>	<hr/>
<hr/>	Nota
<b>Prof. José de Jesus Sousa Lemos</b> <b>Membro da Banca Examinadora</b>	<hr/>
<hr/>	Nota
<b>Prof. Agamenon Tavares da Almeida</b> <b>Membro da Banca Examinadora</b>	<hr/>

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, que me deu vida, saúde e inteligência, e que me dá força para continuar a caminhada em busca de meus objetivos.

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos, tios e namorado que me deram amor e carinho para superar todos desafios com humildade.

Aos Professores Antônio Luiz Abreu Dantas e José de Jesus Sousa Lemos pelos incentivos e sugestões dadas para a realização da monografia.

E a todos que de alguma forma contribuíram na elaboração desta monografia.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
SUMÁRIO.....	ii
RESUMO.....	iii
INTRODUÇÃO.....	01
<b>CAPÍTULO I</b>	
1.1 Evolução Histórica.....	03
1.2 Desenvolvimento Econômico.....	07
1.3 Subdesenvolvimento.....	08
1.4 Desenvolvimento Sustentável.....	09
1.5 Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa.....	11
1.6 Indicadores de Desenvolvimento.....	14
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE</b>	
2.1 INDICADORES ECONÔMICOS.....	17
2.1.1 Produto Interno Bruto.....	18
2.1.2 O Setor Agrícola.....	19
2.1.3 O Setor Industrial.....	21
2.1.4 O Setor de Serviços.....	22
2.1.5 Comércio Exterior.....	23
2.2 INDICADORES SOCIAIS	
2.2.1 Nível de Empregos.....	26
2.2.2 Demografia.....	28
2.2.3 Educação.....	31
2.2.4 Saneamento Básico.....	32
<b>CAPÍTULO III</b>	
3.1 Principais Dificuldades para o Desenvolvimento Sustentável na Região Nordeste.....	34
3.2 Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável no Nordeste.....	36
CONCLUSÃO.....	40
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	43

## RESUMO

Este trabalho investiga o desenvolvimento regional, a partir de indicadores econômicos e sociais recentes da Região Nordeste. Esta preocupação se justifica ao perceber que a região cresceu muito nos últimos anos, passou por um processo intenso de industrialização e urbanização. Porém deixa claras muitas fragilidades, apresentando uma taxa de mortalidade infantil alta, renda concentrada, uma taxa de urbanização crescente, vindo da migração campo-cidade, devida às precárias condições de sobrevivência no meio rural e resultando em más condições de vida desta população nas cidades.

Nesse momento é necessário se fazer uma reflexão da situação atual em que se encontra a sociedade nordestina, para buscar a garantia do bem-estar da população e fazer com que a parcela hoje desprovida dos benefícios do crescimento econômico possa desfrutar de tais benefícios.

Conclui-se que, a partir das evidências encontradas nos indicadores econômicos e sociais para a Região Nordeste um cenário de fragilidade, justificando a necessidade de uma política de desenvolvimento econômico sustentável que assegure um crescimento com competitividade e com qualidade de vida para a população, e que este crescimento tenha sustentabilidade para as gerações futuras.

## INTRODUÇÃO

O debate acerca das políticas sociais no Brasil vem ganhando destaque nesse período mais recente. É um país de grandes contrastes que podem ser percebidos se forem feitas comparações entre suas cinco regiões. A Região Nordeste, em especial, sofre graves conseqüências da instabilidade climática, além disso, ocorre na região, como também no país como um todo, políticas equivocadas, renda altamente concentrada, analfabetismo, famílias vivendo sem condições básicas e, vários municípios em estado de pobreza absoluta, principalmente no meio rural onde grande da sua área encontram-se na região semi-árida.

A Região Nordeste tem experimentado, ao longo de várias décadas, modelos de desenvolvimento que foram inspirados em trabalhos de grandes estudiosos dos problemas regionais. Ainda assim, a região apresenta resultados não satisfatórios.

No Nordeste, pode-se dizer que o não desenvolvimento e a maior concentração da pobreza podem ser resultados da forma como se iniciou o processo de industrialização do País que, concentrado nas Regiões Sul e Sudeste, criou uma relação centro/periferia, altamente desfavorável à Região Nordeste.

Apesar do crescimento industrial dos últimos anos acompanhado de um segmento de serviços em evolução, o setor urbano mostrou-se incapaz de absorver essa massa de trabalhadores proveniente do meio rural, provocando o crescimento desordenado das grandes cidades, proliferando o surgimento de favelas, aumentando mais ainda os problemas sociais na Região.

A proposta do trabalho é analisar o desenvolvimento regional, a partir de indicadores econômicos e sociais recentes (última década), que possam servir como fonte a mais de referência para acadêmicos, profissionais e fazedores de política econômica.

O desenvolvimento sustentável é apontado como uma saída para os problemas da Região Nordeste por conter, em seu conceito mais amplo, o objetivo de atingir um desenvolvimento que tenha durabilidade e que seja fundamentado nas esferas ambiental, econômico, social e política

com a finalidade de erradicar a pobreza, evitar a degradação do meio ambiente, eliminar o clientelismo político e reduzir ao mínimo a desigualdade econômica intra-regional.

A busca de um desenvolvimento para a região que seja compatível com a sua sustentabilidade, justifica-se a partir da percepção de que o desenvolvimento regional deve tomar novos rumos para que o Nordeste possa acelerar o seu crescimento e ganhar competitividade, para que se torne socialmente justo com sua renda e riqueza distribuídas de uma forma mais eqüitativa e para que o desenvolvimento seja permanente, sustentando-se ecológica, técnica, econômica, social, política e institucionalmente.

O trabalho contém, além desta parte introdutória, o primeiro capítulo que se trata dos conceitos, estando em evidência os de crescimento, desenvolvimento econômico, subdesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, pobreza relativa e pobreza absoluta e indicadores de desenvolvimento.

No segundo capítulo, serão analisados os indicadores de desenvolvimento econômico (Produto Interno Bruto; setores Agrícola, Industrial e de Serviços, Comércio Exterior e Nível de Empregos) e de desenvolvimento social (Demografia, Educação e Saneamento Básico).

No terceiro capítulo e último será abordada a questão do desenvolvimento sustentável para a Região evidenciando as principais dificuldades e as estratégias para se alcançar o desenvolvimento.

E por fim, a conclusão, que evidencia a importância de um desenvolvimento sustentável como uma saída para os problemas da região.



## CAPÍTULO 1

### 1.1 Evolução Histórica

Apesar do tema desenvolvimento econômico ter obtido destaque apenas no século XX, o crescimento econômico já era motivo de preocupação nos países da Europa há muito tempo, sendo o seu objetivo primordial o poder econômico e militar do soberano. Raramente havia preocupação com a melhoria de vida da população.

O tema crescimento econômico emerge com a obra “A Riqueza das Nações” de Adam Smith em 1766, onde o autor procura identificar os fatores que formam a riqueza nacional. O Desenvolvimento para Adam Smith, é a redistribuição de renda entre capitalistas, trabalhadores e arrendatários, no longo prazo, decorrente do aumento da proporção de trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, redução do desemprego e elevação da renda média da população.

Em 1911 surge a obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” de Joseph Schumpeter, onde o autor diferencia crescimento de desenvolvimento. De acordo com Schumpeter, “quando só há crescimento, a economia funciona em um sistema de fluxo circular de equilíbrio, cujas variáveis econômicas aumentam apenas em função da expansão demográfica” (SOUZA, 1999). O desenvolvimento, segundo Schumpeter, é um processo produtivo mais dinâmico e ocorre a partir de inovações tecnológicas, de empresários inovadores e necessita de financiamentos de crédito bancário como fomento às inovações tecnológicas.

A abordagem do desenvolvimento, como problema, no mundo real, ficou mais enfatizada a partir das flutuações econômicas do século XIX e com a concentração da renda e da riqueza evidenciada pela disparidade entre as nações. A noção de desenvolvimento, atrelada à questão da distribuição e o desnível do desenvolvimento entre regiões e classes sociais, passou a ser então mais enfatizada.

Logo após a Grande Depressão, nos anos trinta, a questão do desenvolvimento ficou mais evidente, com a aplicação da Contabilidade Nacional com base na Teoria Keynesiana. A partir daí as nações passam a ser comparadas e classificadas em “ricas” ou “pobres” de acordo com o produto e a renda *per capita* de cada uma.

Os países pobres passaram a ser caracterizados como subdesenvolvidos, a partir da análise de indicadores como a existência de crescimento econômico insuficiente e instável, alto índice de analfabetismo, altas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, setor agrícola como principal atividade econômica, escassez de capital e de recursos naturais, pequeno mercado interno e outros.

Algumas publicações da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial, a partir da Segunda Guerra Mundial, constataram que dois terços da população mundial era classificada como pobre, possuíam renda per capita bastante inferior àquela da minoria dos países ricos, geradores de cinco sextos da produção mundial. Essas publicações começaram a incentivar os países subdesenvolvidos para negociarem ajuda econômica com os países mais ricos. Os técnicos do Banco Mundial acreditavam que, para resolver o problema da pobreza das nações, sejam necessárias ações que combatessem diretamente a fome, as doenças e os desníveis de renda. Não bastante portanto, a realização de investimentos produtivos e de infraestrutura.

No final dos anos 40, economistas de países pobres começavam a discutir a realidade de seus países, com o objetivo de captar recursos dos países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos, e de implementar planos de desenvolvimento. Surge a Cepal – Comissão Econômica para a América Latina - que adotava uma postura contrária aos interesses da divisão internacional do trabalho e criticava a doutrina das vantagens comparativas de David Ricardo. Para a Cepal, a saída para os países periféricos seria a industrialização, e não continuarem sendo países primário-exportadores e dependentes dos países do centro, pois era esta situação de dependência que deteriorava cada vez mais os termos de troca, aumentando a fosso centro-periferia.

No Brasil, os debates sobre desenvolvimento econômico aumentaram com a criação da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos e do Grupo Misto BNDES – Cepal no início dos anos cinquenta, que elaboraram políticas de desenvolvimento para o país, semelhantes às preconizadas pelos técnicos da Cepal e foram bastante influentes nos planos nacionais de desenvolvimento da época.

A visão cepalina para a América Latina era a de que o desenvolvimento se daria a partir da industrialização. Assim, o Brasil e outros países do continente, em meados dos anos

cinquenta, passaram a adotar políticas de substituição de importações com vistas a ampliar o setor industrial. Mas existiam problemas como, por exemplo, a falta de infra-estrutura (Energia, Transportes, e Comunicação), o setor agrícola com produção insuficiente, o que exigiria mais incentivos para o setor agrícola com produção insuficiente, o que exigiria mais incentivos para o ingresso de capitais estrangeiros e a adoção de uma política cambial, que serviria também como incentivo para atrair investimentos necessários à acumulação industrial no Brasil. A visão cepalina dava ênfase, também, à importância do papel do Estado neste novo processo de desenvolvimento.

Os debates acerca do desenvolvimento econômico, acirrados durante a década de 1950 e nos anos subseqüentes, indicam que essa questão se liga à própria evolução cultural das nações, aos anseios de progresso e de melhoria das condições de vida de cada população (SOUZA, 1999).

Para Região Nordeste, durante muito tempo o crescimento econômico esteve dissociado da promoção social, como ocorreu em outras regiões e países. A Região continua concentrando grande quantidade de pessoas muito pobres, que agora não puderam beneficiar-se do processo de desenvolvimento do país. A pobreza, inicialmente concentrada no meio rural, tanto em números absolutos como em termos relativos, se urbaniza ao transferir-se para as cidades da própria Região e para as grandes metrópoles do país.

A Região Nordeste sempre esteve muito ligada às ações governamentais, principalmente nos períodos de estiagem. Embora participasse do processo de desenvolvimento, o setor privado sempre dependeu da iniciativa governamental. A preocupação maior com o desenvolvimento econômico se deu a partir da formação do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, nos anos cinquenta, que originou a SUDENE e foi liderado por Celso Furtado. O GTDN teve como base às idéias da Cepal. Foi de grande importância para a Região por ser o primeiro programa voltado exclusivamente para o desenvolvimento do Nordeste, com o objetivo de superar o seu atraso com relação às outras regiões, fazendo uma análise dos investimentos industriais, transformação da agricultura, aumento de produtividade nas zonas semi-áridas, para solucioná-los. Desta forma, o plano de ação de GTDN estabeleceu as seguintes diretrizes:

- Intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- Transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada;
- Transformação progressiva da zona semi-árida no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas;
- Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do “hinterland” maranhense, que estava em condições de receber os excedentes populacionais criados pela organização da economia da faixa semi-árida.

A estratégia do GTDN influenciou a instalação de programas de desenvolvimento na região, inclusive aqueles formulados pela SUDENE em seus primeiros planos diretores. Além do GTDN foram executados outros programas de desenvolvimento regional, tais como: POLONORDESTE – Programa de desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, PROHIDRO – Programa de Recursos Hídricos do Nordeste, PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste, Projeto Áridas e Programa Regional de Desenvolvimento Local e Sustentável.

O Projeto Áridas iniciou-se em 1992, como resultante de amplas discussões ocorridas durante a realização da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável de Regiões Semi-Áridas (ICID), em Fortaleza. O trabalho apresenta uma moderna estratégia de desenvolvimento para o Nordeste, baseada em quatro dimensões de sustentabilidade do progresso regional: econômico-social, geoambiental, científico-tecnológica e político-institucional. Cada dimensão tem seu eixo estrutural, dando origem a seis estratégias, por sua vez geram 21 programas prioritários (PROJETO ÁRIDAS, 1995). O Projeto Áridas decorre da mais atual visão de desenvolvimento sustentável, que concilia crescimento econômico com promoção social e preservação do meio ambiente.

O Programa Regional de Desenvolvimento Local e Sustentável é um dos projetos mais atuais da SUDENE e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), visando

reduzir as desigualdades regionais através do estímulo a políticas de desenvolvimento local e da ampliação de oportunidades de trabalho e renda. O programa utiliza uma metodologia baseada no desenvolvimento local sustentável, identificando as potencialidades de cada município e investindo em experiências bem sucedidas de geração de emprego e renda.

## 1.2 Desenvolvimento Econômico

Há cerca de três décadas, o desenvolvimento era comumente confundido com crescimento econômico. Economistas internacionalmente respeitados chegaram a afirmar que o crescimento conduzia necessariamente ao desenvolvimento, emprestando a esse último conceito a conotação, estreitamente econômica, de aumento persistente da renda, acompanhado de diferenciação estrutural da população. (PROJETO ÁRIDAS, 1995).

Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento são relativos e difíceis de serem definidos com precisão. Referem-se à brecha real que separa os níveis de vida alcançados em diferentes países e aos processos que dão lugar à elevação do nível de vida.

Desenvolvimento Econômico é um conceito que envolve uma grande quantidade de elementos para o seu entendimento. Uma das primeiras lições que se apreende em qualquer bom curso de Economia é a distinção que deve haver entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento. O crescimento seria aferido apenas por indicadores de *quantum*, como por exemplo, o produto agregado nas suas diferentes formas de aferição (PIB, PNB, Renda Nacional), ou de um destes agregados expressos em termos médios.

Não existe um conceito de desenvolvimento econômico universalmente aceito, há economistas, principalmente os de corrente neoclássica e Keynesiana, que ainda consideram crescimento e desenvolvimento como sinônimos.

Há outra corrente (cepalinos e marxistas) que conceitua o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto que o desenvolvimento envolve variações qualitativas como por exemplo, verificando como o produto gerado está sendo distribuído em favor da melhoria de vida da população.

Outros fatores que justificam a necessidade de se fazer a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico serão vistos mais a diante, quando serão analisados os indicadores de desenvolvimento para a Região Nordeste do Brasil. Esta Região tem demonstrado, nos últimos anos, um crescimento relativo maior que o do Brasil como um todo, mas as características sócio-econômicas da região não demonstram uma situação de desenvolvimento.

A distinção entre crescimento e desenvolvimento é de fundamental importância para se entender modelos de intervenção política. Um país pode apresentar uma situação de crescimento, mas, por outro lado, a renda gerada é altamente concentrada, a população está em situação precária e sem condições básicas de sobrevivência. Para que haja desenvolvimento é necessário que haja crescimento do PIB, mas a recíproca não é verdadeira, pois o fato de haver crescimento do PIB não implica necessariamente que esteja ocorrendo desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento, definido por economistas de tradição cepalina e marxista, se dá com mudanças estruturais de ordem econômica, política, social e institucional, com aumento de produtividade e de renda média dos agentes envolvidos no processo produtivo, destacando ainda as interdependências entre os setores produtivos e a necessidade de aperfeiçoar tais estruturas, bem como identificar e atacar os pontos de estrangulamento. (SOUZA, 1997).

### **1.3 Conceito de Subdesenvolvimento**

Subdesenvolvimento é o não desenvolvimento. Países subdesenvolvidos são os que não conseguem alcançar os padrões econômicos dos países desenvolvidos. É caracterizado pela exportação baseada em produtos primários, por uma forte participação de produtos industrializados na pauta de importação, alto nível de importação de tecnologia e de capital estrangeiro, altas taxas de desemprego e subemprego, baixa produtividade, baixa renda *per capita*, mercado interno limitado, baixo nível de poupança e de subconsumo acentuado, além da situação de dependência. (SANDRONI, 1994).

Os países subdesenvolvidos também podem apresentar um setor industrial relativamente dinâmico, mas neste setor algumas indústrias crescem de modo acelerado e com o uso de

tecnologias avançadas e importadas dos países ricos, enquanto outras formas ultrapassadas de produção e de administração.

A falta de estrutura dos países subdesenvolvidos, juntamente com o setor industrial em descompasso, gera êxodo rural-urbano, formando favelas nos centros urbanos, onde se encontram pessoas em situação de subnutrição, prostituição, analfabetismo, dentre outros indicadores que evidenciam um estado de subdesenvolvimento e de pobreza.

#### **1.4 Desenvolvimento Sustentável**

De início, o desenvolvimento sustentável esteve ligado basicamente à proteção ambiental. Mas a questão não envolve apenas o meio ambiente, pois para se chegar a um resultado satisfatório com relação ao meio ambiente é necessário que se passe pelas esferas econômica, social e política. Para que uma região se desenvolva, a população deve ter assegurado condições mínimas para a sobrevivência humana, como saneamento, água tratada, coleta de lixo e educação.

Na teoria econômica clássica a idéia de sustentabilidade se relaciona com a expansão de um setor moderno, representado pela indústria e serviços, que englobasse os setores mais tradicionais, como agricultura. Assim, de acordo com Rostow (1963), "os surtos esporádicos de crescimento seriam substituídos por uma capacidade de acumulação endogeneizada através da consolidação de uma indústria pesada, capaz de garantir inteiramente sua reprodução ampliada" (Egler, 1993). Este sistema seria garantido por uma crescente participação das poupanças voluntárias na renda nacional (Lewis, 1963). Com a expressão dos movimentos ambientalistas tratou-se de definir desenvolvimento sustentável como interação de crescimento econômico e conservação da natureza (PROJETO ÁRIDAS, 1995).

Desenvolvimento sustentável é uma nova visão de desenvolvimento voltada para o ser humano. Sob esta visão, o crescimento econômico deve se traduzir em melhoria no padrão de vida da população para que seja social, política, econômica e ambientalmente sustentável. (LEMOS, 1998)

Admitindo-se que o desenvolvimento envolve variáveis e indicadores qualitativos como, por exemplo, os indicadores de desenvolvimento humano e de qualidade de vida da população, não fica difícil compreender o conceito de desenvolvimento sustentável.

Esta nova concepção de desenvolvimento passou a ser mais difundida após a divulgação do Relatório de Brundtland em 1987, por uma comissão criada pela Organização das Nações Unidas – ONU, na reunião que foi presidida pela Primeira Ministra da Noruega, Senhora Gro Harlem Brundtland. Neste relatório foram apresentadas algumas sugestões e medidas que deveriam ser tomadas para se promover um desenvolvimento que apresentasse as características do conceito de desenvolvimento sustentável. As principais sugestões seriam:

- a) Limitação do crescimento da população;
- b) Garantia de segurança alimentar a longo prazo;
- c) Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- d) Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que incorporassem o uso de fontes renováveis de energia;
- e) Satisfação de todas as necessidades básicas das pessoas;
- f) Aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias que fossem ecologicamente limpas;
- g) Controle da urbanização desenfreada das populações e
- h) Promover uma maior e melhor integração entre o campo e a cidade.

Neste aspecto, a promoção de programas de reforma agrária seria de maior relevância como estratégia para o atingimento de todos os demais objetivos listados. (LEMOS, 1998).

O desenvolvimento sustentável, também denominado por alguns autores de ecodesenvolvimento, é o desenvolvimento que envolve uma preocupação com o meio ambiente (proteção, melhor uso e preservação) para as gerações futuras. Busca a condição da eficiência econômica, da equidade social, da liberdade política e da preservação ambiental, em processo integrado de evolução social, significando mais crescimento, modernização produtiva e competitividade, mais educação, qualificação, saúde e habitação, menos pobreza, menos desigualdades, mais desenvolvimento contemplando o uso racional e equitativo, bem como preocupando-se com a conservação dos recursos naturais.



Em uma concepção mais ampla, o desenvolvimento sustentável diz respeito, além de questão ambiental, às questões econômicas, sociais e políticas. Desenvolvimento sustentável é o que apresenta, dentro dos aspectos ambientais, econômicos, sociais e políticos, condições de durabilidade ao longo do tempo e que deve ser “economicamente sadio socialmente justo, ambientalmente responsável e politicamente fundamentado na participação da sociedade” (PROJETO ÁRIDAS, 1995).

Outra característica do desenvolvimento sustentável é a que implica em mudanças estruturais e tem resultados a longo prazo. Portanto, deve ter uma conscientização de todos os agentes da sociedade, institucionais e governamentais (principalmente durante a implantação das bases estruturais) para que no longo prazo o desenvolvimento sustentado tenha sido viabilizado e possa ser mantido pela sociedade.

### **1.5 Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa**

Não se constitui uma tarefa fácil atribuir um conceito que seja definitivo e isento de juízo de valor para a pobreza, ou para se definir com exatidão a partir de que instante um indivíduo pode ser identificado como pobre. Embora se viva numa sociedade pobre em que o cotidiano mostra casos visíveis de extrema carência de toda ordem, estabelecer um conceito isento de juízo de valor para a pobreza é tarefa que tem desafiado os teóricos desta temática.

Costuma-se identificar a pobreza com o estado de carências materiais que ocorre para segmentos expressivos da população. Ademais o estado de pobreza concebido pelo observador pode está sendo vivenciado por outras pessoas, que estariam mais credenciadas para identificarem, no seu padrão de vida, o estado de pobreza que está imaginando. Há ainda a possibilidade, bastante freqüente, de ser feita confusão entre pobreza e desigualdade social que leva à segregação social. É claro que a segregação social poderá induzir inexoravelmente à pobreza, como corolário do processo.

De um ponto de vista de análise econômica neoclássica que estabelece que a remuneração dos fatores de produção será feita segundo a sua produtividade marginal, o pobre estaria nesta condição por conta da sua pequena contribuição ao produto social. Obviamente, esta se constitui numa avaliação que é no mínimo ambígua, na medida em que confunde causas com conseqüências. Aí caberia questionamento: afinal a pobreza induz ou é induzida

pela baixa produtividade marginal do trabalho nas camadas assumidamente mais carentes? Ou ainda, a produtividade baixa não decorre exatamente do fato destes indivíduos viverem diante de todo um estado de carência, aí incluídas as carências alimentares, de saúde, de educação, de saneamento, dentre outras? As carências, por sua vez, não são decorrência do próprio processo de exclusão social que se dá nestas camadas? Sabe-se que a deficiência alimentar aliada a um estado de saúde física e mental deteriorados induzem os indivíduos a terem pouca ou nenhuma pré-disposição para o trabalho, e conseqüentemente terão inexoravelmente uma baixa produtividade. (LEMOS, 1999).

*Pobreza*  
Na interpretação marxista do estado de pobreza, num sistema de economia de mercado a distribuição da riqueza é determinada pela estrutura de produção. Neste caso, todo o excedente do produto social gerado é apropriado pelo capitalista dono dos fatores de produção. Aí estariam as origens dos lucros. Desta maneira, ao serem detentores dos fatores de produção, os capitalistas definem como será apropriado o produto social, e neste caso, o trabalho terá que ser necessariamente sub-remunerado, de modo que o trabalho não pago será apropriado pelo capitalista, numa espécie de fundo de salário, que permitirá a continuidade do processo de acumulação capitalista. Isto porque há a necessidade da manutenção de um contingente de trabalhadores excedentes e que são de utilidade para proporcionarem a rotação de mão-de-obra necessária para a manutenção de salários suficientemente baixos que viabilizem o processo de acumulação capitalista. Isto independentemente da produtividade da força de trabalho. (LEMOS, 1999).

Em virtude das dificuldades de definição ou de conceituação isenta, fica igualmente difícil estabelecer parâmetros que sejam definitivos para a aferição da pobreza. Algumas tentativas de medição lançam mãos de que é identificado na literatura como conceitos subjetivos e conceitos objetivos de pobreza.

Os conceitos subjetivos de pobreza dizem respeito à forma como as pessoas se comportam diante do que elas identificam ou imaginam o que seja pobreza. Como se constata, esta percepção está fortemente impregnada de juízo de valor, e depende do ponto de vista do analista, por esta razão torna-se de difícil operacionalização empíricas através do método científico.

Os conceitos objetivos de pobreza envolvem o que pode ser interpretado como pobreza relativa ou como pobreza absoluta. Pobreza relativa, envolve necessariamente comparações da posição relativa do indivíduo no meio em que vive. Neste sentido a percepção de pobreza relativa fica bastante próxima da idéia de distribuição de renda. Os pobres, nesta concepção de relatividade, seriam aquelas pessoas que estivessem posicionadas na base da pirâmide da distribuição da renda. Este conceito é utilizado pela Organizações nas Nações Unidas (ONU) na construção de seu Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index*, HDI). Ali se comparam as posições relativas de cada país, comparativamente às posições que seriam idealizadas como de levado padrão de bem-estar social. Conceituada desta forma, a pobreza relativa torna-se um conceito dinâmico, na medida em que as posições relativas e os referenciais estão sempre em mutação ao longo do tempo. (LEMOS,1999).

Pela percepção de pobreza absoluta, haveria níveis mínimos de necessidades que deveriam ser supridas, sem as quais os indivíduos seriam identificados como pobres. Haveria um nível de subsistência, que seria constituído por uma cesta de bens estritamente essenciais. Neste aspecto, os indivíduos posicionados abaixo desta linha imaginária, seriam identificados como pobres. Este padrão mínimo seria aferido através de requisitos como acesso a níveis nutricionais mínimos, condições adequadas de moradia, acesso à educação, acesso a serviços de saneamento básico e de água potável, vestuário, dentre outros. A ONU coloca ainda como requisito mínimo, a segurança física, ou seja, as garantias que os cidadãos possam ir e vir livremente sem os sobressaltos de serem assaltados, roubados, ou mesmo assassinados, e a garantia de acesso a trabalho digno em termos de ambiente e de mercado. Assim, os indivíduos cuja renda não lhe assegurasse estes patamares mínimos seriam identificados como pobres.

Apesar do aparente pragmatismo desta definição, nela também se encontram dificuldades empíricas, quais sejam, de estabelecer quais seriam as quantidades dos bens necessárias para o atendimento destas necessidades mínimas. Um complicador adicional estaria localizado. Assim, a cesta básica de uma pessoa que morasse nas regiões tropicais seria necessariamente diferente da cesta de outra pessoa que vivesse em regiões de climas mais amenos.

Uma medida geralmente utilizada como *proxy* para avaliar pobreza absoluta, é o salário mínimo, ou a sua evolução no tempo. No entanto o enfoque biológico, também pode se constituir num bom indicador de pobreza absoluta. Nesta perspectiva biológica, leva-se em consideração *que a violenta erosão da riqueza humana é a inferiorização do homem provocada*

*pela fome e subnutrição* (CASTRO, 1957.P.75). Ou seja os reflexos do estado de pobreza seriam percebidos imediatamente no biótipo dos indivíduos, através de magreza acentuada, envelhecimento precoce, estatura física deficiente, aparência esquelética, que são características visíveis de estados crônicos de pobreza absoluta.

Tentando contornar as muitas dificuldades que surgem quando se quer estabelecer o patamar mínimo de renda a partir do qual as pessoas podem ser consideradas pobres, costuma-se utilizar como referencial para aferir pobreza absoluta a relação entre a despesa com alimentos e a renda familiar. Quanto mais alta for esta relação, mais pobre é a família. As pessoas e as famílias extremamente pobres alocam toda a sua renda na demanda de alimentos. Assim uma boa forma de avaliar pobreza e subdesenvolvimento, numa concepção keynesiana, é avaliar a propensão marginal a consumir, sobre tudo bens essenciais de baixas elasticidades renda e preço demanda. Quanto mais elevada for esta propensão, mais pobre será o grupo social.

## 1.6 Indicadores de Desenvolvimento

Os indicadores de desenvolvimento podem ser classificados em indicadores econômicos e indicadores sociais.

**Indicadores econômicos** constituem-se num “conjunto de dados estatísticos, passíveis de mudança e oscilações, capaz de dar uma idéia do estado de uma economia em determinado período ou data... em geral fornecem dados sobre produção, comercialização e investimentos. Entre os indicadores econômicos mais relevantes estão referentes a desemprego, oferta de empregos, empréstimos bancários, reservas, preços de certos produtos (como petróleo), taxas de juros, movimentos de importação e exportação, produção industrial geral e setorial, produção de aço e veículos, preços de materiais de construção e consumo energético, entre outros”. **Indicador social**, trata-se de “procedimento estatístico que objetiva quantificar o grau de bem-estar ou qualidade de vida de uma população... incluem-se, portanto, como indicadores sociais: nível de emprego, qualidade habitacional, nível de instrução, mobilidade social, serviços de transporte e de saúde, educação e perfil cultural global, oportunidades de lazer, grau de depreciação dos recursos naturais não renováveis, poluição do ar, da água e sonora, entre outros dados” (SANDRONI, 1994, P.168).

O estudo dos indicadores de desenvolvimento é um instrumento de importância relevante para os economistas. Não só para classificar nações em ricas ou pobres, como também para identificar os pontos críticos e gargalos de uma economia e para se adotar as políticas mais adequadas para o desenvolvimento da economia em estudo.

Durante muito tempo, o PIB *per capita* foi utilizado como indicador de desenvolvimento. Ao longo do tempo, foi observado que em alguns países onde o PIB *per capita* era elevado, a população tinha qualidade de vida muito ruim, enquanto que em outros países, onde o PIB *per capita* não era tão elevado, os padrões de qualidade de vida eram bem melhores. A conclusão é a de que apenas o PIB *per capita* não é suficiente para medir desenvolvimento econômico.

A Organização das Nações Unidas – ONU, passou a elaborar e divulgar anualmente, a partir de 1990, o seu próprio índice – Índice de Desenvolvimento Humano (Human Development Index – HDI). Hoje, é o índice mais utilizado para classificar as nações em ricas ou pobres. O primeiro HDI estimado pela ONU tinha como base os seguintes indicadores:

- Esperança de vida ao nascer;
- Porcentagem de adultos alfabetizados;
- Produto Interno Bruto, ajustado à paridade do poder de compra.

O HDI experimentou algumas alterações, desde a sua criação e divulgação, em 1990. Atualmente é estimado utilizando-se os seguintes indicadores:

- Esperança de vida ao nascer;
- Estoque de educação (subdividido em dois itens: porcentagem de adultos alfabetizados e porcentagem combinada de matrículas nos 1º, 2º e 3º graus);
- Produto Interno Bruto *per capita*, ajustado à paridade do poder de compra, e com retornos marginais decrescentes à renda, a partir de um patamar de referência. (LEMOS, 1998).

Muitos cientistas elaboram seus próprios métodos de aferição do desenvolvimento e qualidade de vida das populações. Como são estudos muito complexos e específicos para cada caso, estão passíveis a críticas. ,

Os principais indicadores utilizados nos estudos para aferição de desenvolvimento e bem-estar, são:

- Produto Interno Bruto (global e/ou *per capita*);
- Taxa de adultos alfabetizados;
- Esperança de vida ao nascer;
- Taxa de matrículas nos 1º, 2º e 3º graus;
- Acesso a serviço de saneamento;
- Acesso à água tratada;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Acesso a serviço de saúde pública;
- Acesso à coleta de lixo;
- Equidade na distribuição de renda;
- Garantia de trabalho com remuneração digna;
- Direito a lazer;
- Direito de opção livre à religião, militância política e sexual.

## CAPÍTULO 2

### INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE

Nos últimos anos, a Região Nordeste tem apresentado elevadas taxas de crescimento econômico comparada com às do Brasil. Contudo, ainda está longe de apresentar números satisfatórios de desenvolvimento econômico. Nesse momento é necessário se fazer uma reflexão da situação atual em que se encontra a sociedade nordestina, para buscar a garantia do bem-estar da população e fazer com que a parcela hoje desprovida dos benefícios do crescimento econômico possam desfrutar de tais benefícios.

A Região Nordeste ocupa 18,27% do território brasileiro, com uma área de 1.561.177,8 km<sup>2</sup>. Deste total, 962.857,3 km<sup>2</sup> situa-se no Polígono das Secas. A metade da Região Nordeste encontra-se na área semi-árida do país, sendo este, aliado à irregularidade e à escassez de chuvas, um dos principais fatores limitantes do desenvolvimento regional. Além dos problemas da seca o Nordeste enfrenta, por não dispor de infra-estrutura econômica e social adequada, outros problemas graves, como estado de pobreza absoluta na maioria dos seus municípios.

A pobreza, inicialmente concentrada no meio rural, tanto em números absolutos como em termos relativos, se urbaniza ao transferir-se para as cidades da própria Região e para as grandes metrópoles do país.

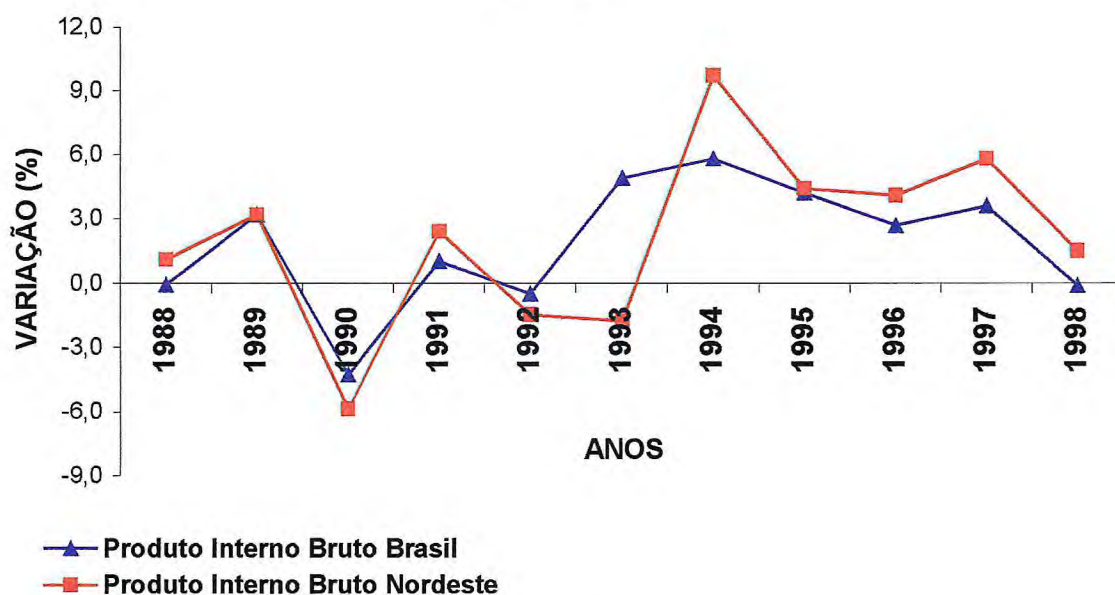
Neste capítulo estudaremos o comportamento dos principais indicadores econômicos e sociais recentes da Região Nordeste.

## 2.1 INDICADORES ECONÔMICOS

### 2.1.1 Produto Interno Bruto

Com a abertura econômica e conseqüentemente aumento da concorrência, o comportamento da economia nordestina, a partir de 1990, tem sido semelhante ao da economia brasileira, chegando a superar o crescimento do país em alguns casos. (Gráfico 1).

**GRÁFICO 1**  
**VARIAÇÃO ANUAL DO PIB DO BRASIL E DO NORDESTE**  
**1988-1998**



Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999

A economia nordestina vem se mostrando desde a implantação do Plano Real mais dinâmica do que a média do País. Destacamos o ano de 1994 onde o PIB do Nordeste cresceu 8,4%, enquanto que o PIB do Brasil cresceu 4,3%. No ano de 1998 a Região Nordeste enfrentou uma das maiores estiagens da sua história provocando uma queda do seu ritmo de crescimento.



**TABELA 1**  
**BRASIL E NORDESTE**  
**PRODUTO INTERNO BRUTO "PER CAPITA" EM US\$ - 1988-1998**

ANOS	BRASIL		NORDESTE	
	PIB "PER CAPITA" (US\$) PREÇOS DE 1998	VARIAÇÃO ANUAL (%)	PIB "PER CAPITA" (US\$) PREÇOS DE 1998	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1988	4.572,77	-1,9	2.496,59	-0,6
1989	4.635,08	1,4	2.535,66	1,5
1990	4.380,15	-5,5	2.348,02	-7,4
1991	4.333,11	-0,6	2.366,81	0,8
1992	4.242,04	-2,1	2.302,90	-2,7
1993	4.385,83	3,4	2.233,82	-3,0
1994	4.572,77	4,3	2.421,46	8,4
1995	4.702,19	2,8	2.496,52	3,1
1996	4.754,91	1,2	2.566,43	2,8
1997	4.860,37	2,2	2.681,91	4,5
1998	4.793,26	-1,40	2.689,96	0,3

Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999

O setor de serviços é o que mais tem contribuído para o crescimento do Nordeste. Em 1990 participava com 58,2% e em 1998 64,5% do produto total da região e os gastos do setor público. O setor agrícola vem perdendo sua representatividade, passando de 17,3% em 1980 para 9,1% em 1998. (Tabela 2).

**TABELA 2**  
**REGIÃO NORDESTE**  
**PARTICIPAÇÃO DO PIB SETORIAL NO PIB GLOBAL 1980-1998**

PERÍODO	PARTICIPAÇÃO (%)			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1980	17,3	29,3	53,4	100,0
1990	13,3	28,5	58,2	100,0
1998	9,1	26,4	64,5	100,0

Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999

### 2.1.2 O Setor Agrícola

O setor agrícola é o setor que menos deu bons resultados nos últimos anos. O principal motivo foi à estiagem que se abateu sobre a Região, pela quarta vez, desde 1990 provocando uma queda do PIB no último ano de - 23,0%. Outros fatores que têm contribuído para os maus

resultados do setor agrícola são baixos preços no mercado interno, política cambial e grandes dificuldades para a obtenção de crédito.

**TABELA 3**  
**REGIÃO NORDESTE**  
PRODUÇÃO FÍSICA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS - 1992-1999

CULTURAS	PRODUÇÃO (t)							
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>TEMPORÁRIAS</b>								
Soja	504.029	679.639	2.024.430	1.235.286	895.079	1.324.007	1.529.186	1.628.760
Milho	1.141.191	948.511	2.721.615	2.436.261	2.794.375	2.360.734	905.349	2.321.222
Feijão - 2ª safra	335.017	197.946	643.038	612.842	637.521	658.531	295.565	518.538
Fumo	32.979	40.752	50.872	41.620	41.545	45.846	47.282	48.160
Arroz	834.488	1.097.486	1.808.944	1.732.714	1.783.146	1.478.178	729.099	1.204.197
Cebola	100.681	172.096	158.016	154.724	160.456	137.620	117.350	131.144
Batata inglesa	18.847	23.529	48.882	51.501	51.860	29.672	18.858	23.251
Amendoim	5.467	3.926	6.798	6.480	6.559	7.144	5.845	6.245
Feijão - 1ª safra	484.056	282.475	587.361	416.198	483.646	447.609	119.337	473.208
Tomate	514.370	583.707	679.152	720.300	663.908	631.197	506.245	476.332
Abacaxi (1)	467.963	384.538	408.031	426.139	426.139	450.067	336.324	388.120
Cana-de-açúcar	68.723.345	45.885.266	57.326.731	60.687.568	59.890.978	65.157.069	56.887.823	56.051.178
Alho	3.618	4.423	4.828	2.440	2.559	3.545	2.499	2.943
Algodão herbáceo	167.395	112.495	285.027	171.761	119.825	140.486	59.021	126.796
Mandioca	10.059.894	7.961.000	9.223.187	10.956.185	11.422.985	10.543.985	6.367.328	6.474.708
Sorgo	54.175	28.326	34.739	22.352	6.695	33.343	5.139	33.361
Mamona	89.541	36.030	50.425	31.208	41.878	95.113	13.111	54.597
Malva	2.013	576	240	71	16	16	16	11
	83.539.069	58.442.721	76.062.316	79.705.650	79.429.170	83.544.162	67.945.377	69.962.771
<b>PERMANENTES</b>								
Uva	64.158	80.853	87.847	115.998	113.003	115.223	122.265	130.611
Castanha-de-cajú	96.757	62.421	149.732	164.156	164.664	113.153	45.478	154.914
Laranja (1)	7.374.328	7.700.330	8.155.158	7.739.570	8.711.465	9.427.101	8.614.310	9.496.068
Coco-da-baia (1)	728.751	664.212	730.541	756.543	760.849	816.191	785.514	923.407
Pimenta-do-reino	2.866	3.122	3.376	3.072	3.002	2.999	2.543	2.623
Cacau	263.548	277.701	271.919	246.350	204.168	232.068	237.918	233.106
Banana (2)	223.742	197.622	210.619	212.607	218.145	222.945	162.603	164.153
Café	133.015	68.493	144.841	101.660	78.272	84.240	67.745	85.723
Sisal	204.227	126.076	131.421	118.066	129.247	146.194	126.508	119.910
Algodão arbóreo	22.349	7.941	16.700	9.585	7.881	3.806	1.234	1.424
	9.113.741	9.188.771	9.902.154	9.467.607	10.390.696	11.163.920	10.166.118	11.311.939

Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999

(1) Produção em mil frutos.

(2) Produção em mil cachos.

Uma das culturas que mais foram atingidas pela estiagem, pela falta de políticas creditícias entre outros fatores, foram: o algodão arbóreo, cuja produção em 1992 foi de 22.349 toneladas decrescendo nos anos seguintes até chegar em 1999 com a produção de apenas 1.424 toneladas. O sisal, o café, a malva, a mamona e o sorgo também sofreram quedas significativas na produção nos anos compreendidos entre 1992 e 1999. (Tabela 3).

No mesmo período (1992-1999), pode-se observar também, o crescimento na produção da soja de 223,15% e na produção da uva de 103,58%.

Nos períodos de estiagem as lavouras como arroz, feijão, mandioca e milho por terem uma função social para a região, refletem em mais dificuldades para a população em períodos

de estiagem. No caso da lavoura de mandioca observou-se uma queda de 35,64% entre os anos de 1992 e 1999. O feijão (primeira e segunda safras) experimentou uma ligeira melhora entre 1992 e 1999. Já o arroz cresceu 44,30% e o milho 103,40%. O grande crescimento na produção de milho deveu-se à elevação da produção avícola regional que ocorreu neste período.

Um resultado expressivo e que merece destaque dentro dos dados mostrados na Tabela 3 é a queda de produção que ocorreu em praticamente todas as culturas no ano de 1993. Tal fato deveu-se à grande estiagem observada naquele ano na Região Nordeste.

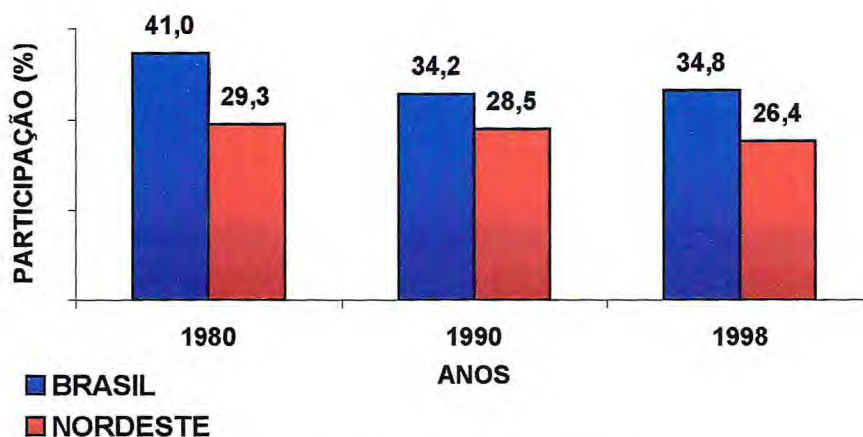
Em 1998 a seca foi mais branda em termos de perdas econômicas e de volume de produção. Concorreu para que o produto Interno Bruto, estimado ficasse acima dos resultados observados na grande seca de 1993, a significativa mudança que vem ocorrendo na agricultura nordestina nos últimos anos, que passou a incorporar novas culturas, desenvolver agricultura irrigada principalmente na Bacia de São Francisco.

### **2.1.3 O Setor Industrial**

Em 1994, a partir da implantação do Plano Real, a indústria brasileira passa a sofrer um processo de desaceleração, conforme Gráfico 2, devido à política restritiva do Governo Federal de contenção da demanda, para o não comprometimento da estabilização da economia. A alta taxa de juros combinados com o elevado grau de endividamento doméstico, pela perda real do rendimento médio do trabalhador e pelo aumento de desemprego reduziram a demanda agregada, desacelerando o ritmo de crescimento do setor industrial.

De acordo com o Gráfico 2, pode-se observar que a indústria do Nordeste segue a mesma tendência da indústria brasileira. A participação da indústria no produto total vem diminuindo gradativamente. Os principais fatores responsáveis por este comportamento da indústria são: a desproteção à indústria interna com a abertura de mercado, altas taxas de juros, câmbio supervalorizado e retração da demanda provocada pela queda de renda.

**GRÁFICO 2**  
**BRASIL E NORDESTE**  
**PARTICIPAÇÃO DO PRODUTO INDUSTRIAL NO PIB GLOBAL**  
**1980-1998**

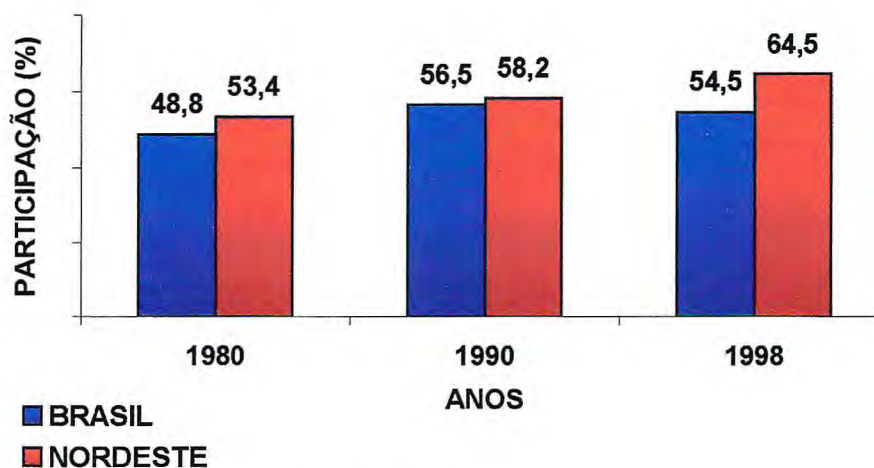


Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999

#### 2.1.4 O Setor de Serviços

O setor de serviços da Região Nordeste vem se destacando nos últimos anos como sendo o mais dinâmico superando, inclusive, os resultados obtidos pelo Brasil. Conforme Gráfico 3, pode-se observar a evolução do PIB no setor serviços, onde a sua participação na Região Nordeste alcançou o percentual de 64,5% no ano de 1998.

**GRÁFICO 3**  
**BRASIL E REGIÃO NORDESTE**  
 PARTICIPAÇÃO DO PIB SETORIAL NO PIB GLOBAL



Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999

As atividades de turismo e serviços de lazer têm merecido destaque. A passagem de turistas estrangeiros pela região deve se intensificar ainda mais após a recente desvalorização da taxa de câmbio interna, o que tornou os bens e serviços nacionais mais acessíveis ao turista exterior.

O turismo tem se mostrado tão importante para a região que o Governo Federal vem adotando medidas para o fortalecimento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste em projetos de infra-estrutura, abastecimento d'água e esgoto, ampliação de aeroportos, conservação de rodovias e recuperação de monumentos históricos.

### 2.1.5 Comércio Exterior

Nos últimos anos o mundo vem passando por diversas mudanças econômicas, políticas e sociais. As mudanças no cenário mundial, abertura comercial e globalização, têm intensificado o comércio internacional. O processo de inserção e integração das economias menos desenvolvidas no novo contexto econômico mundial, cada vez mais globalizado, é de fundamental importância na estratégia de seu crescimento econômico.

A política de estabilização que teve como um dos instrumentos a ancoragem cambial, após o Plano Real, proporcionou valorização da moeda nacional, o que desestimulou as exportações brasileiras e provocou aumento das importações. Isto provocou desequilíbrios acentuados e crescente na Balança de Transações Correntes. Por esta razão, o Brasil tornou-se refém dos juros elevados para atrair capitais especulativos. Em decorrência, houve uma queda no nível de atividade interna, o que ocasionou a maior taxa de desemprego observada na economia brasileira.

Em consequência, principalmente da política cambial adotada no Brasil a partir de 1994, tanto o País como o Nordeste vêm registrando sistematicamente déficits na balança de comércio em razão das elevadas taxas de crescimento das importações e redução das exportações.

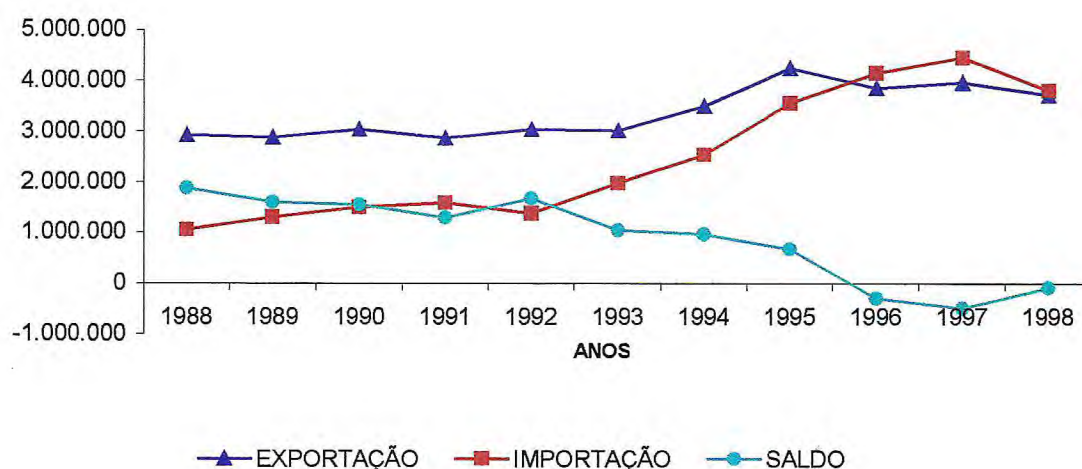
No Nordeste, entre 1990 e 1998, as exportações cresceram 18,49% enquanto que as importações tiveram crescimento de 60,74%. A partir da implantação do Plano Real no período 1994-1995, as exportações nordestinas aumentaram em 21,04% e as importações apresentaram um aumento mais significativo de 40,74%. A partir de 1996 o fluxo de exportações do Nordeste passou a declinar mais significadamente, culminado com uma forte queda em 1998 de -6,1%, em relação ao ano anterior. O comportamento das importações nacionais e nordestinas mostrou-se de forma mais declinante que o das exportações em 1998, apresentando variações negativas de -3,5% e -14,5% respectivamente.

As importações do Nordeste tiveram queda de -14,5% quando comparadas com o ano de 1997, decorrente principalmente da recessão interna, que acarretou significativa contração da demanda por produtos internacionais.

Para o expressivo decréscimo das exportações regionais, em 1998 (-6,1%) contribuíram fortemente as quedas nas vendas de produtos que possuem marcante participação nas vendas externas como açúcar de cana em bruto (-4,96%), alumínio (-25,91%), castanha-de-caju (-9,14%), manteiga de cacau (-4,04%), outros açúcares de cana (-14,16%) e outros papéis cartões (-9,28%).

Os principais produtos responsáveis pela forte redução nas importações do Nordeste no ano de 1998 em relação ao ano anterior foram: naftas para petroquímica (24,36%), óleo brutos de petróleo (-7,45%) e butanos liquefeitos (-42,77%).

**GRÁFICO 4**  
**REGIÃO NORDESTE**  
**SALDO DA BALANÇA COMERCIAL – 1988-1998**  
**US\$ 1,000 FOB**



**Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999**

Com a abertura econômica e a desregulamentação estatal, decorrente do pensamento neoliberal, os países ficam cada vez mais globalizados. Como resultado dessa economia globalizada, tem-se o surgimento da integração econômica de diversas regiões ou países em blocos, criando zonas de livre comércio. Desta integração econômica de países vizinhos destacamos o MERCOSUL, constituindo-se num bloco econômico de livre comércio, formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

As relações comerciais do Nordeste com os países integrantes do MERCOSUL foram inicialmente, irregulares. Esse comportamento se alterou a partir de 1990, quando as exportações do Nordeste, para este mercado, cresceram 469,15%, conforme se pode constatar com as evidências mostradas na Tabela 4.

A Argentina é o país que apresenta o maior volume das transações comerciais com a Região Nordeste. Das transações comerciais nordestinas com o MERCOSUL no ano de 1998, 87,21% das exportações e 89,69% das importações foram o mercado argentino.

**TABELA 4**  
**EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO MERCOSUL - 1990-1998**  
**REGIÃO NORDESTE**

ANOS	VALOR US\$ 1.000 FOB		
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1990	96.416	246.570	-150.154
1991	140.419	183.148	-42.729
1992	193.188	164.358	28.830
1993	228.220	282.304	-54.084
1994	312.318	335.840	-23.522
1995	420.711	478.067	-57.356
1996	482.186	670.335	-188.149
1997	535.732	639.259	-103.527
1998	548.754	769.683	-220.929
VAR.1990/1998	469,15%	212,16%	-

Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999

Dentre os estados nordestinos, a Bahia, o Ceará, o Maranhão e o Pernambuco, se destacam por representarem o maior volume de negócios com o MERCOSUL.

## 2.2 INDICADORES SOCIAIS

### 2.2.1 Nível de Empregos

No atual contexto de globalização, de transformação tecnológica acelerada e de reestruturação organizacional e de gestão, os problemas associados ao desemprego vêm sendo cada vez mais discutidos no mundo inteiro.

O nível de emprego passou a declinar no Brasil a partir de novembro de 1997, em consequência da política monetária adotada em razão da crise da Ásia, tomando-se mais crítica



após a difícil situação financeira internacional provocada pela moratória da Rússia, decretada em agosto de 1998.

No Brasil, tem ocorrido quedas acentuadas nos níveis de emprego, principalmente do setor industrial, devido à política de estabilização que elevou a taxa de juros, estimulou as importações e desestimulou a demanda interna.

A questão atual do desemprego no Brasil e, especialmente, no Nordeste faz perceber que os setores mais afetados pelo novo contexto global tendem a desempregar trabalhadores mais rapidamente do que os setores em expansão são capazes de absorver.

Para amenizar os efeitos do desemprego, faz-se necessárias não só as políticas de investimento em educação básica e formação profissional, estímulo à qualificação, buscando a geração de novos postos de trabalho e tornar a região mais competitiva, mas também de reforma agrária, redução de taxas de juros a patamares acessíveis e taxa de câmbio realista para se gerar emprego, além de fortalecer as pequenas e médias empresas. O Estado deve viabilizar política fiscal e monetária que estimulem os níveis de atividade interna. Tais políticas devem propiciar créditos a juros favorecidos a setores específicos e geradores de emprego.

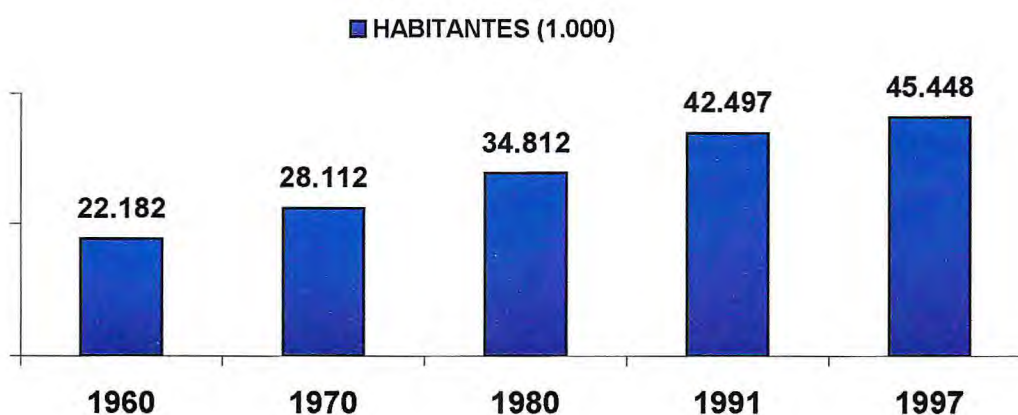
**TABELA 5**  
TAXA MÉDIA DE DESMPREGO ABERTO, POR REGIÃO METROPOLITANA - 1988-1998  
(PERÍODO DE REFERÊNCIA: SEMANA)

ANOS	TAXA MÉDIA (PERCENTUAL DA PEA)						
	BRASIL	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	RECIFE	SALVADOR
1988	3,85	3,09	4,02	4,02	3,63	5,56	4,63
1989	3,35	2,76	3,44	3,39	2,58	5,31	4,37
1990	4,28	3,50	4,55	4,09	3,72	5,65	5,39
1991	4,83	3,59	5,52	4,11	4,34	5,90	5,91
1992	5,97	4,04	6,51	4,80	5,69	8,59	6,76
1993	5,32	4,07	5,73	4,46	4,02	8,91	6,61
1994	5,06	4,10	5,41	4,28	4,13	6,80	7,06
1995	4,64	3,42	5,17	3,78	4,46	5,45	6,72
1996	5,42	3,65	6,28	4,63	5,92	5,65	6,84
1997	5,66	3,73	6,60	5,09	5,47	5,89	7,73
1998	7,67	5,43	8,69	7,25	7,33	8,75	9,28

Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999

Com relação aos indicadores demográficos verifica-se que a população na Região tem crescido bastante. A Região apresentou, em 1997, um crescimento de 104,89% com relação a 1960, conforme Gráfico 5.

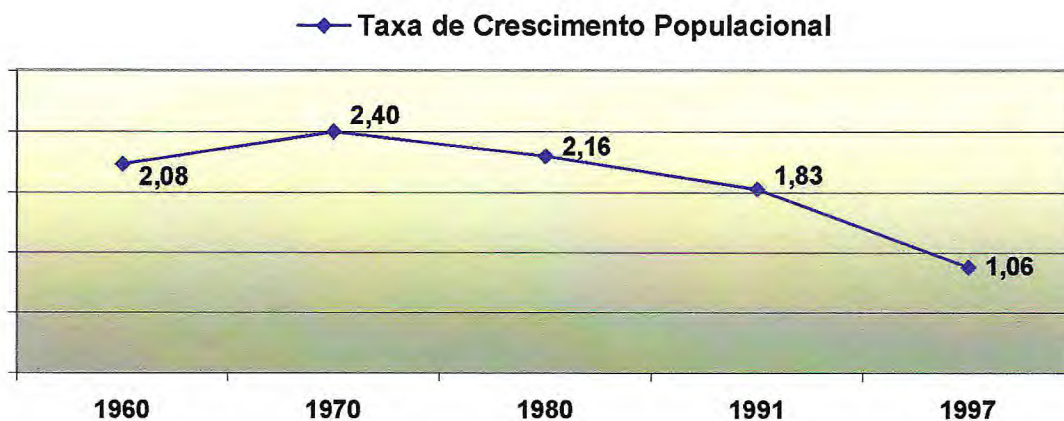
**GRÁFICO 5**  
**REGIÃO NORDESTE**  
**POPULAÇÃO RESIDENTE (1.000 HABS.)**  
**1960/1997**



Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999

Embora a taxa de crescimento tenha caído nos últimos anos (Gráfico 6), a população continua crescendo a taxas elevadas. A taxa de crescimento da população se explica pela que da na taxa de fecundidade, que era de 7,3 filhos em 1960, e em 1997 de 2,7 filhos para cada mulher nordestina. Em contrapartida, a taxa de mortalidade infantil caiu para menos da metade no mesmo período e a expectativa de vida, que era de apenas 45,51 anos em 1970, passou para 64,80 anos em 1997. o que explica o aumento populacional a cada ano, mesmo com a taxa de crescimento populacional decrescente.

**GRÁFICO 6**  
**REGIÃO NORDESTE**  
**TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL**  
**1960/1997**



**TABELA 7**  
**INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS**  
**REGIÃO NORDESTE**

INDICADOR	1960	1970	1980	1991	1997
Taxa de Fecundidade	7,39	7,53	5,80	4,00 (1)	2,70
Taxa de Mortalidade Infantil (p/1.000 nascidos vivos)	154,94	151,18	121,36	88,20 (1)	59,00
Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	43,51	44,38	58,71	64,22 (1)	64,80

Fonte: Boletim Conjuntural da SUDENE 1999

Notas: (1) Dados de 1990.

É importante ressaltarmos que, estes dados refletem uma melhoria na qualidade de vida da população nordestina, mas esta melhoria se deu basicamente nas capitais e grandes cidades da Região. Há muitos municípios no Nordeste onde a população vive em estado de pobreza. A estimativa de pobreza para o Brasil, feita pela Organização das Nações Unidas no período 1980 a 1990, era de 73% da população rural era pobre contra 38% da população urbana (LEMOS,1998).

Portanto, se os investimentos em áreas sociais são direcionados apenas para as grandes cidades, a maior parcela da população, que é pobre, não terá acesso.

### 2.2.3 Educação

Um dos aspectos sociais que mais preocupa no Nordeste é a educação, principalmente no contexto globalizado que prevalece atualmente. A preocupação é, além da educação básica e fundamental, capacitação profissional, que deve acompanhar a rápida evolução tecnológica.

A educação no Nordeste, apesar de ter melhorado nos últimos anos, ainda apresenta uma taxa de analfabetismo muito elevada (29,40% em 1997, conforme Tabela 8) e apresenta também um déficit educacional em termos de demanda tanto quantitativa como qualitativa no ensino.

Outro fator preocupante é que apenas 1% da população tem acesso às universidades. Este quadro de vê ser revertido com urgência, pois do contrário, vai ficar cada vez mais difícil inserir a região, num contexto globalizado, competitivamente. A região é muito carente em termos de desenvolvimento de capacitação e, principalmente, de tecnologias inovadoras.

Observando a Tabela 8 verificamos que, no Brasil como no Nordeste a taxa de analfabetismo vem reduzindo nos últimos anos. Mas esses números estão longe de serem satisfatórios.

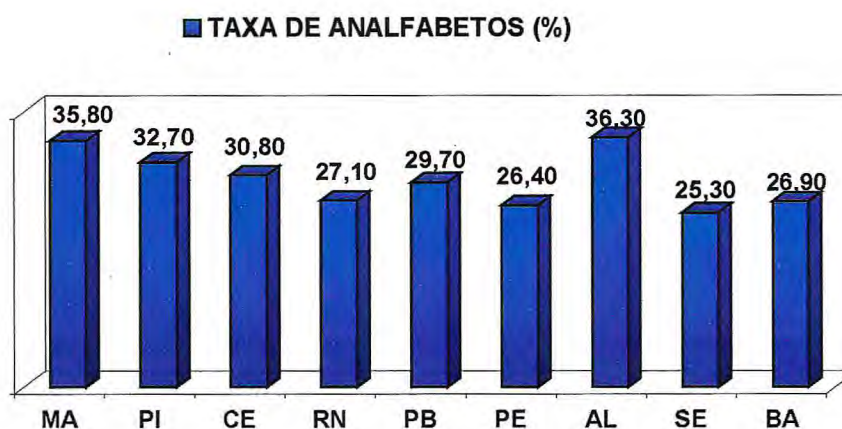
**TABELA 8**  
TAXA DE ANALFABETISMO - 15 ANOS E MAIS (%) 1960-1997  
**NORDESTE E BRASIL**

<b>ANOS</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>BRASIL</b>
1960	59,32	39,77
1970	54,77	34,11
1980	45,47	25,49
1991	37,65	20,07
1997	29,40	14,70

Fonte: IBGE

Os Estados do Maranhão e Alagoas são os que apresentam, em 1997, a maior taxa de analfabetismo, 35,8% e 36,3%, respectivamente. Já os Estados do Nordeste que têm menor taxa de analfabetismo são Sergipe e Pernambuco, respectivamente, conforme Gráfico 7.

**GRÁFICO 7**  
**REGIÃO NORDESTE**  
**TAXA DE ANALFABETOS, POR ESTADO**  
**– 15 ANOS E MAIS**  
**1997**



### 2.2.3 Saneamento Básico

As condições de infra-estrutura domiciliar, principalmente as condições de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, são referências fundamentais para a avaliação do estado social de uma determinada região.

A má condição de habitação e a não-disponibilidade de serviços de saneamento produzem não só as doenças, a mortalidade infantil, a carência doméstica e a insegurança, mas também, deixa o ser humano a parte da sociedade ficando incapazes de exercer seus direitos políticos fundamentais.

No caso da Região Nordeste, as condições de saneamento básico nas áreas rurais são precárias. Estas áreas apresentam-se como sendo de carência absoluta e generalizada. Tanto de abastecimento d'água como de esgotamento sanitário. A população urbana mais assistida de abastecimento d'água canalizada, também não apresenta uma boa situação no

que diz respeito ao esgotamento sanitário. Em 1998, apenas 18% dos domicílios urbanos da Região Nordeste estavam conectados a algum sistema adequado sistema adequado de esgotamento sanitário.

Em 1996, o índice de pobreza calculado para a Região Nordeste indicou que 47,97% da população da Região, se encontra em estado de pobreza, 37,17% dos domicílios privados de água encanada, 62,28% dos domicílios privados de saneamento e 49,95% privados de coleta de lixo. Ao separar o Nordeste pela situação do domicílio, urbano e rural, o quadro se agrava mais ainda. 80,61% dos domicílios na área rural do Nordeste sofrem privações de água encanada, 90,42% de saneamento e 97,75% de coleta de lixo. (LEMOS, 1999).

**GRÁFICO 8**  
**REGIÃO NORDESTE**  
**ÍNDICE DE POBREZA E DOMICÍLIOS COM PRIVAÇÕES DE ÁGUA ENCANADA,**  
**SANEAMENTO E COLETA DE LIXO (EM %)**

1996

ESTADOS	ÍNDICE DE POBREZA	PRIVAÇÃO DE ÁGUA ENCANADA	PRIVAÇÃO DE SANEAMENTO	PRIVAÇÃO DE COLETA DE LIXO
Maranhão	59,35	53,76	69,39	78,38
Piauí	56,33	41,19	63,37	72,49
Ceará	51,48	49,59	74,27	50,48
Rio Grande do Norte	42,27	23,66	58,15	32,67
Paraíba	47,34	31,88	66,78	45,55
Pernambuco	43,09	28,14	53,49	38,65
Alagoas	46,48	37,44	62,75	37,72
Sergipe	41,32	23,22	41,88	37,65
Bahia	48,01	34,83	60,9	50,36
<b>Nordeste</b>	<b>47,97</b>	<b>37,17</b>	<b>62,28</b>	<b>49,95</b>

FONTE: LEMOS, 1999.

O Estado do Ceará, em termos de saneamento, é o que se apresenta com situação mais dramática, com 74,27% dos domicílios sem saneamento. Em seguida vem o Maranhão com 69,39% dos domicílios privados se saneamento. Percebê-se mais ainda a gravidade do problema quando se compara a Região Nordeste com a Sudeste do país. Enquanto o Nordeste tem um índice de pobreza de 47,97%, o Sudeste tem 18,66%. As condições de saneamento do Nordeste são de 62,28% dos domicílios com privação e no Sudeste 17,02%, o que deixa mais explícita a desigualdade regional no país.

## CAPÍTULO 3

### 3.1 Principais Dificuldades para o Desenvolvimento Sustentável na Região Nordeste

Depois de cinco décadas de políticas orientadas de desenvolvimento regional, como a criação do BNB e da Sudene nos anos cinquenta, as desigualdades regionais continuam graves no país. Constatamos a persistência de sérios desequilíbrios na distribuição espacial das atividades econômicas, do emprego e das condições de vida, refletindo as profundas desigualdades sociais. Ao tempo em que se constata persistência das desigualdades regionais e sociais, verifica-se também o desgaste do modelo de planejamento e de políticas de desenvolvimento regional.

Apesar de nos últimos anos apresentar taxas de crescimento econômico maior do que a do país o Nordeste continua concentrando grande quantidade de pessoas muito pobres, que até agora não puderam beneficiar-se do processo de desenvolvimento da sua região. A pobreza, inicialmente concentrada no meio rural se urbaniza ao transferir-se para as cidades da própria Região e para as grandes metrópoles do país.

A Região Nordeste do Brasil tem algumas particularidades que a distingue das outras regiões, principalmente por estar situada quase que completamente em uma área semi-árida. Neste capítulo serão abordadas, sinteticamente, as principais dificuldades que podem comprometer o desenvolvimento sustentável da Região, selecionadas dentro das quatro dimensões (geoambiental, econômico social, técnico-científica e político-institucional) que estão inseridas no conceito de desenvolvimento sustentável. (PROJETO ÁRIDAS, 1995).

Na dimensão econômico-social os principais entraves para o desenvolvimento do Nordeste, são o alto grau de dependência regional e transferência de renda para o resto do país; o Saldo da Balança Comercial, tanto nas transações com o exterior como nas transações comerciais com as outras regiões, onde a absorção regional é maior do que a produção interna; muitas das atividades produtivas, inclusive industriais, não detêm vantagens competitivas dinâmicas; a concentração de renda; a agricultura de subsistência com baixas produtividades, além de expostas ao risco secular das secas; a situação de pobreza da população; as migrações; o analfabetismo; a falta de abastecimento d'água e saneamento básico; o padrão de saúde precário; o grande número de favelas; insuficientes níveis de educação e qualificação da

maioria das pessoas, ainda, o fato de que população da Região Nordeste corresponde a 13% da população do país, enquanto que a renda da Região corresponde a apenas 3% da renda do país.

Os problemas da Região com relação à dimensão geoambiental estão ligados, principalmente, à instabilidade climática da região (secas que ocorrem, em média, a cada 5 anos) que desequilibra a economia da Região e contribui para a concentração da renda gerada provocando também migrações, desemprego e interrupção da produção agropecuária. As secas no Nordeste não só afetam o setor agropecuário, como também, os outros setores da economia.

A ordenação do espaço regional é mal estruturada, pobremente articulada, deficiente de infra-estrutura. As maiores cidades e pólos industriais estão situados ao longo do litoral, com o interior servido de núcleos urbanos de porte médio e pontilhado de pequenas cidades, muitas delas meras projeções de meio rural igualmente estagnado. (PROJETO ÁRIDAS, 1995).

Com relação aos aspectos técnico-científicos, há desarticulação, desconhecimento recíproco e descontinuidade nas universidades e instituições de pesquisa; praticamente inexistem programas de pesquisa voltados para superar as vulnerabilidades da região; não há ligação entre conhecimento científico e inovação, pois há pouca relação entre a iniciativa privada e as outras organizações da sociedade e pouco acesso a financiamentos para a ciência e tecnologia.

Na dimensão político-institucional apesar de já se observar alguma renovação e reciclagem de liderança, ainda existe o clientelismo e outras formas de apropriação privada de Estado; há resistência à inovação institucional; os estados e municípios em situação financeira difícil; escasso prestígio social da maioria dos organismos públicos, principalmente no que se refere a presteza e qualidade do serviço e respeito ao usuário e a pouca participação social do contribuinte.



### **3.2 Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável no Nordeste**

Para se chegar ao desenvolvimento sustentável, faz-se necessário eleger áreas prioritárias, onde agirão os vários agentes responsáveis pelo desenvolvimento de cada uma delas, ou seja, os Governo Federal, Estadual e Municipal descentralizados, as Instituições Públicas, as Organizações Não-Governamentais e a Sociedade, sempre orientados para a obtenção de melhores resultados e a viabilização do desenvolvimento sustentável na Região. (PROJETO ÁRIDAS, 1995).

As áreas prioritárias para o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, são: conservação da natureza e produção ambiental, ordenamento do espaço regional, transformação produtiva e crescimento acelerado, capacitação de recursos humanos e equidade, avanço científico-tecnológico e inovação, ação política, gestão e controle social.

#### **Conservação da Natureza e Proteção Ambiental**

Com relação à conservação da natureza e proteção ambiental, a estratégia fundamental é a de buscar a preservação, a ampliação da oferta e melhoria no uso dos recursos hídricos principalmente na área do semi-árido.

Ainda com relação à conservação da natureza e proteção ambiental, a política de desenvolvimento sustentável deve ser direcionada à previsão do clima e defesa contra as secas, conservação dos solos, ampliação da biodiversidade e controle ambiental.

Os agentes responsáveis por uma política de recursos hídricos devem ser o governo Federal, com o papel de definir a legislação básica e as diretrizes, os Estados, assumindo maior responsabilidade no gerenciamento das águas e, os usuários, tendo melhor consciência para o melhor uso e preservação dos recursos. As principais ações desempenhadas por estes agentes são a gestão integrada dos recursos hídricos, o balanceamento da oferta e da demanda de água e o controle e melhoria da qualidade da água.

### **Ordenamento do Espaço Regional**

Nesta área prioritária pretende-se obter uma distribuição mais equilibrada da população, urbana e rural, da infra-estrutura, dos serviços sociais e das atividades produtivas que resultem no desenvolvimento sustentável.

As ações políticas cabem para o ordenamento do espaço regional cabem, principalmente aos estados e municípios, à articulação do processo de ordenação e a sociedade regional e deve ser direcionada para o zoneamento ecológico-econômico, a reorganização do meio rural, o desenvolvimento urbano e para a infra-estrutura.

### **Transformação Produtiva e Crescimento**

Esta é, também, uma área prioritária para o desenvolvimento sustentável e pressupõe um processo contínuo de transformação da economia que lhe assegure vantagens competitivas, através da incorporação do conhecimento em tecnologia avançada e novos métodos de gestão às atividades produtivas.

A política para transformação produtiva e crescimento deverá considerar:

- A modernização e expansão da agropecuária para desenvolvimento da agricultura irrigada, principalmente na região semi-árida, agropecuária de sequeiro e regiões agroexportadoras;
- Reestruturação e expansão industrial, visando competitividade, infra-estrutura, parcerias e a implantação de indústrias que utilizem energias renováveis e não poluidoras;
- Promoção do ecoturismo, que representa um grande potencial de desenvolvimento na região por ter grande expansão litorânea.

### **Capacitação de Recursos Humanos e Equidade**

Outra área prioritária e de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável do Nordeste é a capacitação de recursos humanos e equidade, que deve ser de competência do Estado, de parcerias deste com a iniciativa privada e da sociedade.

Uma política de desenvolvimento voltada para esta área prioritária visa saúde e habitação para todos e combate à pobreza (crescimento e menos pobreza, educação e qualificação para o trabalho e geração de emprego e renda).

### **Avanço Científico-Tecnológico e Inovação**

Para o avanço científico-tecnológico e a inovação é preciso dispor de sistema de ciência e tecnologia capaz de dominar, adaptar, desenvolver o conhecimento e articular sua aplicação na sociedade.

Estes avanços devem ser direcionados para:

- Tecnologia para o semi-árido, no sentido de desenvolver estudos que conduzam ao zoneamento e ordenamento do espaço regional, monitoramento e previsão do clima, aproveitamento racional dos recursos hídricos, preservação dos ecossistemas, a redução das vulnerabilidades e melhor resistência às secas;
- Tecnologia agropecuária desenvolvendo pesquisas para irrigação;
- Tecnologia industrial, viabilizando tecnologicamente o processo de expansão industrial e aumento de competitividade no setor e para a região;
- Tecnologia para a mudança social (saneamento básico, produção de vacinas, tecnologias voltadas para a educação básica e a qualificação profissional).

### **Ação Política, Gestão e Controle Social**

Esta área envolve instituições, mecanismos e instrumentos financeiros e operacionais e a redefinição dos papéis e funções das esferas pública e privada, seus órgãos e entidades e com a preocupação de reorganizar o Estado e suas diferentes formas de atuação na Região Nordeste.

A política de desenvolvimento sustentável com relação à ação política, gestão e controle social deve ser integrada e descentralizada, voltada para uma gestão pública democrática e participativa; gestão pública eficiente; eficaz e efetiva; sociedade organizada; parceria e corresponsabilidade do Estado e da sociedade com a iniciativa privada; democratização das instituições e participação da sociedade nos processos decisórios; modernização e redefinição das relações e responsabilidades públicas e privadas.

## CONCLUSÃO

No geral tanto os dados econômicos como demográficos e sociais, retratam um crescimento recente para a Região Nordeste, em termos quantitativos. Mas em termos qualitativos, a Região tem se desenvolvido nos últimos anos? É certo que a análise do desenvolvimento regional revela o elevado ritmo de crescimento alcançado pela economia. Porém deixa claras muitas fragilidades apresentando uma taxa de mortalidade infantil alta, renda concentrada, uma taxa de urbanização crescente, vindo da migração campo-cidade devida às precárias condições de sobrevivência no meio rural e resultando em más condições de vida desta população nas cidades.

A despeito, contudo, desse desempenho, o Nordeste padece de sérias vulnerabilidades – de natureza geoambiental, econômico-sociais, científico-tecnológicas e político-institucionais -, as quais podem vir a comprometer, no futuro, a já precária sustentabilidade de seu desenvolvimento. (PROJETO ÁRIDAS, 1995).

A Região Nordeste ainda enfrenta os mesmos problemas estruturais de falta de investimento público em áreas sociais, instabilidade climática, falta de infra-estrutura básica, principalmente nas áreas rurais e más condições de sobrevivência em geral. O combate a pobreza e a redução das desigualdades regionais são questões indissociáveis. Perseguir a segunda significa trabalhar em busca dos objetivos colimados na primeira. Resultados significativos nessa área, portanto, somente serão obtidos se houver uma concentração maciça de investimentos nas regiões menos desenvolvidas.

Com relação aos indicadores econômicos revelaram uma variação positiva do produto global para a Região, puxado pelo setor de serviços. Contudo, os setores agrícola e industrial não revelam bom desempenho.

As indústrias mais modernas, implantadas graças ao atrativo dos incentivos fiscais sofrem desarticulação, que ocorre tanto espacial como inter-setorialmente. Além de apegadas ao litoral, elas são pouco referidas ao mercado interno e, em muitos aspectos, representam uma projeção desconexa do parque industrial do Sudeste. E muito dependem daquela região, tanto em capital, tecnologia e *management* quanto de seu mercado, ao qual destinam a parcela maior de sua produção.

O comércio exterior apresenta dificuldades, onde a balança comercial da região compreendendo tanto as importações e exportações com o exterior quanto o comércio inter-regional é altamente negativo. Significando que a absorção regional de bens e serviços é muito maior do que a produção interna.

Com relação ao MERCOSUL podemos dizer que a região Nordeste não está totalmente integrada. Isto decorre do fato da integração econômica do MERCOSUL estar basicamente ligada às regiões Sudeste e Sul do Brasil. Porém esse quadro pode ser reversível, sendo que o Nordeste pode até mesmo servir como elo de ligação entre o MERCOSUL e os demais blocos econômicos (principalmente com o NAFTA e a Região Européia), devido a sua posição geográfica.

Quanto aos indicadores sociais, no período analisado, houve uma pequena melhora com relação à educação, mortalidade infantil, taxa de fecundidade, e expectativa de vida, mas não se verificou evolução significativa. No período de 1960 a 1997, a taxa de fecundidade caiu de 7,53 para 2,70, a taxa de mortalidade infantil caiu de 151,18 para 59,00 e a esperança de vida ao nascer subiu de 44,39 para 64,80. E com relação à educação a taxa de analfabetos (15 anos e mais) caiu de 59,32 para 29,40.

Contudo, é importante salientarmos que, esses dados refletem uma melhoria na qualidade de vida da população nordestina, mas essa melhoria se deu basicamente nas capitais e grandes cidades da Região. Há muitos municípios no Nordeste onde a população vive em estado de pobreza.

Como já foi citado anteriormente, o índice de pobreza para a Região Nordeste indicou que 47,97% da população encontra-se em estado de pobreza, onde 37,17% dos domicílios são privados de água encanada, 62,28% privados de saneamento e 49,95% privados de coleta de lixo. E com relação ao meio rural, a situação piora ainda mais, pois 80,61% dos domicílios sofrem privações de água encanada, 90,42% de saneamento e 97,75% de coleta de lixo.

Constitui-se tarefa fácil apontar as evidências que comprovam as disparidades regionais no Brasil. No caso do Nordeste, em comparação com as regiões mais ricas do país, saltam à vista suas fragilidades: a precariedade da infra-estrutura de transporte e energia, o grande

atraso da área de ciência e tecnologia, a reduzida qualificação da mão-de-obra, a descapitalização das empresas locais, a debilidade e pouca expressão econômica do setor produtivo, a falta de competitividade das empresas nos grandes mercados nacionais e internacionais, as precárias condições sociais compreendendo saúde, educação, habitação, renda e emprego. São muitas, as razões para a gravidade atual do quadro social nordestino.

Apesar das inúmeras políticas voltadas para o desenvolvimento regional, as desigualdades regionais e sociais continuam graves no país e ao mesmo tempo em que se constata a persistência dessas desigualdades, verifica-se o desgaste do modelo de planejamento e de políticas de desenvolvimento regional.

Conclui-se portanto, a partir das evidências encontradas nos indicadores econômicos, demográficos e sociais para a Região Nordeste um cenário de fragilidade, justificando a necessidade de uma política de desenvolvimento sustentável que assegure um crescimento com competitividade e com qualidade de vida para a população, e que este crescimento tenha sustentabilidade para as gerações futuras.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 1995.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 1999.

LEMOS, J. J. S. **Ambiental, social e econômico nas áreas de atuação do projeto saúde e alegria nos municípios de Santarém e Belterra**. Pará, 2000.

LEMOS, J. J. S. **Mapa da pobreza no Brasil: uma contribuição para construir uma pauta de agenda de desenvolvimento econômico sustentável para o país**. Fortaleza, 1999.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 1984 .

PROJETO ÁRIDAS. **Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 1999.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia**. São Paulo, 1994.

SUDENE. **Boletim conjuntural da SUDENE**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, 1999.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human Development Report**. New York. UNDP, 1997.